



Publicado D.O.E.

Em 14/08/07

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Secretaria do Tribunal Pleno

PROCESSO-TC-02164/06

Administração Direta Municipal. Prefeitura de JACARAÚ. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL, relativa ao exercício de 2005. Emissão, em separado, de Parecer Favorável à aprovação das Contas – Imputação de Débito; Aplicação de multa; representação à Procuradoria Geral de Justiça e a Órgãos Fiscais.

ACÓRDÃO A P L – T C - 467 /2007

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo TC nº 02164/06, relativo à Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de JACARAÚ, exercício de 2005, sob a responsabilidade da Sr^a Maria Cristina da Silva;

CONSIDERANDO os relatórios da Auditoria desta Corte, as justificativas e defesas do interessado e o Parecer do Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas;

CONSIDERANDO o Voto do Relator e o mais que dos autos consta;

Os MEMBROS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA (TCE-Pb), na sessão plenária realizada nesta data, ACORDAM, à unanimidade, em:

I. **imputar débito** no total de R\$ **726.765,55** (setecentos e vinte e seis mil, setecentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos), a Sr^a **Maria Cristina da Silva**, correspondentes às seguintes despesas:

i.	R\$ 228.907,48	- Aquisição de combustíveis de forma irregular;
ii.	R\$ 161.080,00	- Locação de veículos irregular;
iii.	R\$ 31.000,00	- Prestação de serviços com locação de veículos sem o respaldo contratual;
iv.	R\$ 3.627,00	- Aquisição de passagens aéreas sem a devida comprovação
v.	R\$ 37.998,60	- Aquisição de merenda escolar sem que esta tenha transitado pelo o almoxarifado da Secretaria da Educação;
vi.	R\$ 1.010,00	- Pagamento à ASTEC - Assistência Técnica em contabilidade para elaborar declaração de imposto de renda dos componentes do Conselho de Educação do Município;
vii.	R\$ 5.040,70	- Pagamento em duplicidade referente à aquisição de peças de reposição para viatura da Delegacia de Polícia do Município;
viii.	R\$ 447,17	- Pagamento ao INSS referente a multas e juros de mora;
ix.	R\$ 29.300,00	- Aquisição de fogos de artifícios para show pirotécnico ¹ ;
x.	R\$ 160.724,00	- Contratação de bandas de forró para shows musicais.
xi.	R\$ 67.630,60	- Pagamento excessivo de peças e serviços de manutenção realizadas no ônibus placa MMQ 4170, de propriedade da prefeitura;

II. **aplicar multa** a Sr. **Maria Cristina da Silva**, no valor de **R\$ 2.805,10** (dois mil, oitocentos e cinco reais e dez centavos), com supedâneo no art. 56, incisos II², da LOTCE/PB, por infração grave à norma legal, tendo em vista a transgressão de normas legais e constitucionais quando do: não atendimento quanto ao repasse para o Poder Legislativo; aquisição de material de construção à firma inidônea; e realização de despesas sem procedimento licitatório;

III. **assinar ao devedor o prazo de 60**(sessenta) dias, a contar da publicação deste ACÓRDÃO no Diário Oficial do Estado, para recolhimento voluntário³ dos débitos, sob pena de cobrança executiva, desde logo recomendada, observado o disposto nos parágrafos 3º e 4º do art. 71 da Constituição do Estado;

¹ R\$ 7.900,00 foram considerados na festa de posse da Prefeita.

² Art. 56, II – infração grave a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial;

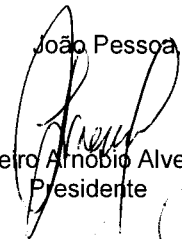
³ **Devolução** – ao erário municipal;

Multa – ao Fundo de Fiscalização Orçamentária e Financeira Municipal – mediante a quitação de Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais (DAE) com código "4007" - Multas do Tribunal de Contas do Estado

- IV. **formalizar processo apartado** objetivando a análise dos gastos com serviços de pintura das escolas municipais;
- V. **encaminhar cópia** das principais peças à **Procuradoria Geral de Justiça** para as providências cabíveis;
- VI. **representar à Delegacia da Receita Federal, à Secretaria das Finanças do Estado e à Prefeitura Municipal de João Pessoa** a respeito da inexistência do endereço informado nas certidões emitidas pelas empresas e as ilegalidades fiscais apontadas pela Auditoria desta Corte.

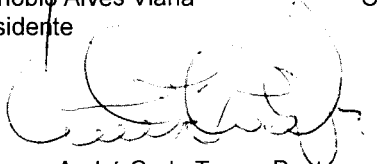
Publique-se, registre-se e cumpra-se.
TCE-Plenário Ministro João Agripino

João Pessoa, 18 de julho de 2007


Conselheiro Arnóbio Alves Viana
Presidente


Conselheiro Fábio Túlio Filgueiras Nogueira
Relator

Fui presente,


André Carlo Torres Pontes
Procurador Geral do Ministério Público junto ao TCE-Pb
em exercício